

HUGO DE BRITO
MACHADO SEGUNDO

MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO

14^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.01.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

M134m
14. ed.

Machado Segundo, Hugo de Brito
Manual de direito tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. - 14. ed., rev. e
atual. - Barueri [SP] : Atlas, 2024.
480 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
Inclui índice alfabético-remissivo
ISBN 978-65-5977-616-0

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

24-87921

CDU: 34:351.713(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1.1. Sociedades humanas, poder político e tributo	1
1.2. O Estado e os recursos necessários à sua manutenção	4
1.2.1. Tributo e redução de desigualdades	7
1.3. Poder e competência	13
1.4. Atribuição de competência e repartição de receita	15
1.5. Direito Público, Direito Financeiro e Direito Tributário.....	17
CAPÍTULO 2 – DIREITO TRIBUTÁRIO	19
2.1. Conceito de Direito Tributário.....	19
2.2. Posição, denominações e autonomia.....	20
2.3. Ciência do Direito Tributário e ramos do conhecimento não jurídico relacionados.....	22
2.3.1. A “Ciência do Direito Tributário”.....	22
2.4. Fontes do Direito Tributário.....	24
2.4.1. Explicações preliminares.....	24
2.4.2. Fontes materiais.....	25
2.4.3. Fontes formais.....	26
2.5. Tributo: conceito e espécies	27
2.5.1. Conceito de tributo.....	27
2.5.2. Espécies de tributo.....	34
2.5.2.1. Classificações possíveis.....	34
2.5.2.2. Impostos.....	35
2.5.2.3. Taxa.....	36
2.5.2.4. Contribuição de melhoria	37
2.5.2.5. Empréstimo compulsório.....	37
2.5.2.6. Contribuições.....	38
2.6. Tributação oculta.....	39
2.7. Funções do tributo.....	41
CAPÍTULO 3 – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	45
3.1. Noções gerais.....	45
3.2. Legalidade.....	47
3.2.1. Legalidade e medida provisória.....	50
3.3. Isonomia	50

3.4.	Irretroatividade	52
3.5.	Anterioridade	56
3.6.	Não confisco.....	60
3.7.	Liberdade de tráfego.....	61
3.8.	Imunidades.....	62
3.8.1.	Imunidades, isenções e não incidência.....	62
3.8.2.	Imunidades e impostos	64
3.8.3.	Imunidades do art. 150, VI, da Constituição Federal.....	65
3.8.4.	Outras imunidades.....	73
3.9.	Limitações dirigidas à União	74
3.10.	Limitações voltadas a Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	75
3.11.	O dever fundamental de pagar tributos.....	76
3.12.	Outros princípios da tributação	77
3.12.1.	Capacidade contributiva.....	77
3.12.2.	Não cumulatividade	80
3.12.3.	Seletividade.....	84
3.12.4.	Progressividade	87
3.12.5.	Praticabilidade.....	87
3.12.6.	Vedação à bitributação e ao bis in idem	89
3.12.7.	Segurança jurídica.....	90
3.12.8.	Simplicidade	91
3.12.9.	Transparência	92
3.12.10.	Defesa do meio ambiente	92

CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 93

4.1.	Conceito.....	93
4.2.	Vigência e aplicação da legislação tributária	96
4.3.	Interpretação da legislação tributária.....	99
4.4.	Integração da legislação tributária	103

CAPÍTULO 5 – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 107

5.1.	Conceito e espécies.....	107
5.2.	Fato gerador	110
5.2.1.	Norma geral antielisão	112
5.3.	Sujeito ativo.....	118
5.4.	Sujeito passivo.....	119
5.4.1.	Solidariedade.....	121
5.4.2.	Domicílio tributário.....	124
5.5.	Responsabilidade tributária.....	124
5.5.1.	Noções gerais	124

5.5.2.	Responsabilidade de sucessores.....	128
5.5.3.	Responsabilidade de terceiros.....	135
5.5.4.	Responsabilidade por infrações.....	140
5.5.4.1.	Denúncia espontânea.....	142
CAPÍTULO 6 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....		149
6.1.	Conceito e natureza jurídica.....	149
6.2.	Constituição do crédito tributário pelo lançamento.....	151
6.2.1.	Noções gerais.....	151
6.2.2.	Modalidades de lançamento.....	155
6.2.2.1.	Lançamento de ofício.....	155
6.2.2.2.	Lançamento por declaração.....	157
6.2.2.3.	Lançamento por homologação.....	157
6.2.3.	Controle de legalidade do lançamento.....	160
6.3.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	165
6.3.1.	Noções gerais.....	165
6.3.2.	Moratória e parcelamento.....	166
6.3.3.	Depósito de seu montante integral.....	169
6.3.4.	Reclamações e recursos administrativos.....	171
6.3.5.	Liminar em mandado de segurança e tutelas provisórias em outras espécies de ação judicial.....	172
6.4.	Extinção do crédito tributário.....	174
6.4.1.	Noções gerais.....	174
6.4.2.	Pagamento.....	174
6.4.2.1.	Considerações gerais.....	174
6.4.2.2.	Imputação em pagamento.....	177
6.4.2.3.	Consignação em pagamento.....	178
6.4.2.4.	Pagamento indevido e restituição.....	180
6.4.2.4.1.	A questão da restituição do indébito relativo a tributos ditos “indiretos”.....	181
6.4.2.4.2.	Prazo aplicável e demais aspectos do pedido de restituição.....	190
6.4.3.	Compensação.....	196
6.4.4.	Transação.....	199
6.4.5.	Remissão.....	200
6.4.6.	Decadência.....	201
6.4.7.	Prescrição.....	203
6.4.8.	Conversão do depósito em renda.....	205
6.4.9.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	206
6.4.10.	Decisão administrativa irreformável.....	207
6.4.11.	Decisão judicial passada em julgado.....	207

6.4.12.	Dação em pagamento.....	208
6.5.	Exclusão do crédito tributário.....	208
6.5.1.	Noções gerais.....	208
6.5.2.	Isenção.....	209
6.5.3.	Anistia.....	212
6.6.	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	213
CAPÍTULO 7 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		221
7.1.	Fiscalização. Fundamento constitucional e limites à sua atuação.....	221
7.1.1.	Dívida ativa.....	225
7.1.1.1.	O protesto de CDA.....	227
7.1.2.	Certidões de regularidade fiscal.....	228
CAPÍTULO 8 – EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA		231
8.1.	Noções gerais.....	231
8.2.	Impostos federais.....	233
8.2.1.	Imposto de importação.....	233
8.2.2.	Imposto de exportação.....	235
8.2.3.	Imposto de Renda.....	235
8.2.4.	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	243
8.2.5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros.....	245
8.2.6.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	247
8.2.7.	Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).....	249
8.2.8.	Imposto Seletivo (IS).....	251
8.2.9.	Impostos residuais e extraordinários.....	252
8.2.9.1.	Impostos residuais.....	252
8.2.9.2.	Impostos extraordinários.....	253
8.3.	Impostos estaduais.....	253
8.3.1.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação (ITCD).....	253
8.3.2.	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e à Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS).....	256
8.3.3.	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	263
8.4.	Impostos municipais.....	265
8.4.1.	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	265
8.4.2.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).....	267
8.4.3.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	268
8.5.	Imposto sobre o Valor Agregado Dual (IVA-Dual).....	273
8.6.	Taxas e contribuições de melhoria.....	274
8.6.1.	Taxas.....	274

8.6.2.	Contribuições de melhoria.....	278
8.7.	Empréstimos compulsórios	279
8.8.	Contribuições	280
8.8.1.	Noções gerais	280
8.8.2.	Contribuições e anterioridade.....	281
8.8.3.	Contribuições e lei complementar	282
8.8.4.	Espécies de contribuições	283
8.8.4.1.	Contribuições sociais.....	283
8.8.4.2.	Contribuições de custeio da seguridade social	283
8.8.4.2.1.	A não cumulatividade das contribuições PIS e COFINS	284
8.8.4.3.	“Outras” contribuições sociais.....	286
8.8.4.4.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	286
8.8.4.5.	Contribuições corporativas.....	287
8.8.4.6.	Contribuição de iluminação pública.....	288
8.9.	Simplex Nacional.....	290

CAPÍTULO 9 – ILÍCITO TRIBUTÁRIO 295

9.1.	Preliminarmente.....	295
9.1.1.	Sanção e prêmio	297
9.1.2.	Espécies ou classificações de sanções.....	298
9.1.3.	Cumulação de sanções administrativas e penais.....	300
9.2.	Penalidades administrativas em matéria tributária.....	302
9.2.1.	Fundamento constitucional para a imposição de uma penalidade pecuniária	302
9.2.2.	Infrações mais graves, multas mais pesadas	307
9.2.3.	Multa proporcional ao valor do tributo, quando este não é devido.....	308
9.2.4.	A alegada “responsabilidade objetiva” pela prática de infrações administrativas	310
9.2.5.	Conteúdo das sanções: critérios e limites	311
9.2.6.	Interpretação dos textos normativos que veiculam sanções.....	314
9.2.7.	Sanções administrativas e o princípio da legalidade.....	315
9.2.8.	Denúncia espontânea da infração.....	315
9.2.9.	Sanções administrativas e devido processo legal. As chamadas “sanções políticas”.....	317
9.2.10.	Descumprimento ao art. 212 do CTN por parte do Fisco e infrações decorrentes do desconhecimento da legislação.....	319
9.3.	Direito Penal Tributário.....	321
9.3.1.	Noções gerais	321
9.3.2.	Apropriação indébita previdenciária.....	322
9.3.3.	Excesso de exação	326

9.3.4.	Sonegação de contribuição previdenciária	326
9.3.5.	Descaminho.....	327
9.3.6.	Disposições da Lei 8.137/90.....	328
9.3.7.	Prévio exaurimento da via administrativa.....	331
9.3.8.	Lançamentos baseados em presunções e reflexos no âmbito penal.....	336
9.3.9.	Concurso de crimes e crime continuado	338
9.3.10.	A necessidade do dolo	339
9.3.11.	Denúncia genérica e crimes praticados no âmbito de pessoas jurídicas.....	340
9.3.12.	Inexigibilidade de conduta diversa	342
9.3.13.	Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	343
9.3.14.	Direito ao silêncio e o dever de informar.....	343

CAPÍTULO 10 – NOÇÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO..... 345

10.1.	Noções preliminares	345
10.2.	Lançamento.....	346
10.2.1.	Natureza e espécies	346
10.2.2.	Procedimento preparatório do lançamento de ofício revisional.....	346
10.2.3.	Lançamento. Requisitos.....	348
10.2.4.	Impugnação.....	350
10.2.5.	Julgamento de primeira instância	351
10.2.6.	Recurso voluntário e remessa de ofício.....	352
10.2.7.	Julgamento de segunda instância	352
10.2.8.	Recursos excepcionais	355
10.2.9.	Decisão administrativa definitiva e discussão judicial.....	355
10.2.10.	Decisão administrativa definitiva e rediscussão na via administrativa..	356
10.2.11.	Agravamento da exigência e devido processo legal	357
10.2.12.	Inscrição em dívida ativa.....	357
10.3.	Processos de reconhecimento de direito	358
10.3.1.	Noções gerais	358
10.3.2.	Reconhecimento e cancelamento de imunidades e isenções individuais..	359
10.3.3.	Restituição e compensação.....	360
10.3.4.	Moratória e parcelamento.....	361
10.3.5.	Exclusão do Simples Nacional	362
10.3.6.	Consulta fiscal.....	363
10.4.	Processo administrativo e reforma tributária (EC 132/2023).....	365

CAPÍTULO 11 – NOÇÕES DE PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO..... 367

11.1.	Aspectos fundamentais.....	367
11.2.	Ações de iniciativa do Fisco e ações de iniciativa do contribuinte	368

11.3.	Ações de iniciativa do Fisco	369
11.3.1.	Execução fiscal.....	369
11.3.1.1.	Corresponsáveis.....	370
11.3.1.2.	Exceção de pré-executividade.....	372
11.3.1.3.	Garantia da execução.....	373
11.3.1.4.	Oposição de embargos e suspensão da execução.....	375
11.3.1.5.	Honorários de sucumbência nas execuções não embargadas....	376
11.3.1.6.	Suspensão da execução e prescrição intercorrente.....	377
11.3.2.	Cautelar fiscal.....	379
11.4.	Ações de iniciativa do contribuinte.....	382
11.4.1.	Embargos do executado.....	382
11.4.2.	Mandado de segurança.....	386
11.4.2.1.	Noções gerais.....	386
11.4.2.2.	Cabimento em matéria tributária.....	387
11.4.2.3.	Mandado de segurança e compensação.....	388
11.4.2.4.	Mandado de segurança coletivo.....	389
11.4.2.5.	Impetração preventiva e mandado de segurança contra “lei em tese”.....	390
11.4.2.6.	Medida liminar.....	391
11.4.2.7.	O pedido de suspensão de liminar e de suspensão de segurança.....	392
11.4.2.8.	Participação do MP.....	393
11.4.2.9.	Sentença e recursos.....	394
11.4.3.	Ação anulatória.....	395
11.4.4.	Ação declaratória.....	396
11.4.5.	Ação de repetição do indébito.....	398
11.4.6.	Ação de consignação em pagamento.....	401
11.5.	Ações da coletividade.....	403
11.5.1.	Nota distintiva.....	403
11.5.2.	Ação popular.....	403
11.5.3.	Ação civil pública.....	403
11.6.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	404
11.6.1.	Natureza e finalidade.....	404
11.6.2.	ADI e ADC.....	405
11.6.3.	ADPF.....	407
CAPÍTULO 12 – NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO		409
12.1.	Conceito de Direito Financeiro.....	409
12.2.	Receita pública.....	412
12.2.1.	Conceito.....	412
12.2.2.	Espécies.....	412

12.2.2.1.	Receitas extraordinárias e receitas ordinárias	412
12.2.2.2.	Receitas originárias e receitas derivadas	413
12.2.2.3.	Receitas correntes e receitas de capital	415
12.2.3.	Repartição constitucional de receitas	415
12.3.	Orçamento	416
12.3.1.	Noções gerais	416
12.3.2.	Espécies de orçamento	418
12.3.3.	Orçamento e controle da atividade financeira do Estado	419
12.4.	Despesa pública	419
12.4.1.	Despesas correntes	420
12.4.2.	Despesas de capital	420
12.5.	Dívida pública	421
12.6.	Princípios de Direito Financeiro	421
12.6.1.	Princípio da exclusividade	422
12.6.2.	Princípio da programação	422
12.6.3.	Princípio do equilíbrio	422
12.6.4.	Princípio da anualidade	423
12.6.5.	Princípio da unidade	423
12.6.6.	Princípio da universalidade	423
12.6.7.	Princípio da legalidade	423
12.6.8.	Princípio da transparência	424
12.6.9.	Princípio da publicidade	424
12.6.10.	Princípio da quantificação	424
12.6.11.	Princípio da não vinculação	424
12.7.	Algumas notas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	426
12.7.1.	Aspectos gerais	426
12.7.2.	Exigências relativas ao orçamento	427
12.7.3.	Exigências relativas à receita pública (e à sua renúncia)	428
12.7.4.	Exigências relativas à despesa pública	428
12.7.5.	Transferências voluntárias	429
12.7.6.	LRF e dívida pública	430
12.7.7.	Transparência, controle e fiscalização na LRF	430
12.8.	O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff e o Direito Financeiro	431
12.9.	Estabelecimento de um teto para as despesas públicas	432
12.10.	A sistemática de precatórios e o endividamento dos entes federativos periféricos	435
12.10.1.	Adimplemento de Precatórios e Estado de Direito	438

REFERÊNCIAS	443
--------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	455
--	------------